



## **COSTA, Adelino Manuel Lopes Amaro da** (1943-1980)

Filho de Manuel Rafael Amaro da Costa, engenheiro, diretor-geral dos Serviços Hidráulicos e sucessivamente subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, das Obras Públicas e secretário de Estado da Indústria nas décadas de 50 e 60, e de Joaquina da Conceição Duarte Lopes Nunes e Costa, nasceu em Algés, concelho de Oeiras, em 18 de abril de 1943, e morreu em Camarate, concelho de Loures, em 4 de dezembro de 1980. Casou em 1979 com Maria Manuela Vaz Pires Amaro da Costa. Fez os estudos liceais no Liceu Camões e licenciou-se em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, no qual exerceu funções docentes como assistente do Grupo de Hidráulica, entre 1970 e 1974. De fortes convicções católicas, que moldaram o seu pensamento e ação política, pertenceu à Juventude Estudantil Católica e à Juventude Universitária Católica, tendo-se aproximado da Opus Dei no final do seu percurso liceal, organização de que veio a fazer parte. Empenhado no associativismo estudantil, dedicou-se aos problemas do ensino em Portugal, sendo um dos fundadores, em 1965, do jornal *Tempo. Jornal Universitário de Informação*. Simultaneamente crítico das motivações ideológicas da contestação estudantil, mas igualmente do atavismo e resistência à mudança das instituições universitárias, defendeu a modernização do sistema de ensino, a maior participação dos estudantes na gestão da Universidade e a aproximação desta à sociedade civil. Nas páginas deste periódico, deu voz a personalidades de diferentes quadrantes políticos que pugnavam pela reforma universitária, tais como João Pedro Miller Guerra, Francisco Pereira de Moura e Veiga Simão, de quem viria a ser colaborador no Ministério da Educação. A sua participação nas páginas do *Tempo* e do *Diário Popular*, no qual foi responsável, em parceria com o seu futuro cunhado, Roberto Carneiro, pela coluna “Quadrante Universitário”, motivaram o convite de Fraúst da Silva, diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa (GEPAE), para integrar os quadros deste organismo, na qualidade de adjunto da direção. Já com Veiga Simão à frente do Ministério da Educação, ascende à subdireção da instituição, entretanto renomeada Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação (GEP), que viria a chefiar a partir de fevereiro de 1974. Entusiasta do amplo plano de reformas do ministro, sustenta a alteração estrutural do sistema universitário, de «inspiração napoleónica» e de natureza «dirigista», «com repúdio claro dos padrões democráticos europeus do pós-guerra», antes preconizando um sistema de ensino democratizado e participativo, visando o «fomento dos espaços de liberdade necessários à expressão da criatividade institucional e pessoal». Consciente do alcance mais abrangente da reforma universitária na sociedade, acentuou, no discurso de tomada de posse como diretor do GEP, que «o planeamento é, antes de mais um programa político». A sua aproximação à política inicia-se com os contactos que estabelece com o chamado “Grupo das quartas-feiras”, agrupamento informal de personalidades de diferentes sensibilidades no campo político da direita, mas convergentes na convicção da

necessidade de uma abertura política do Estado Novo, ao qual se associa por intermédio de Freitas do Amaral, que conhecera durante o serviço militar na Marinha. Na sequência do Golpe Militar de 25 de Abril de 1974, Amaro da Costa demite-se do GEP e da docência universitária, empenhando-se exclusivamente na criação de uma força partidária que desse corpo aos ideários de democratização política, social e económica, numa perspetiva humanista e personalista de inspiração cristã. Todavia, somente em julho de 1974, o projeto se concretizaria, fundando, com Freitas do Amaral e um conjunto de outras personalidades, o Partido do Centro Democrático Social (CDS), em cujo conteúdo doutrinário e programático assumiu relevante papel. Em artigos que publica na imprensa diária, prévios à fundação do partido, Amaro da Costa define o seu posicionamento ideológico e respetivos objetivos fundamentais. Rejeitando o dogmatismo ideológico das esquerdas e das direitas, filia o partido em embrião no centrismo, entendido como «filosofia radical de ação», eminentemente «pragmática», síntese de contributos de esquerda e da direita, «um enorme espaço político» que, em seu entender «continua[va] vago», fundado nos valores humanistas e personalistas, em que se «fundamenta[m] as instituições políticas dos povos mais avançados e progressistas do Mundo». Tais pressupostos seriam posteriormente inscritos na Declaração de Princípios e no Programa do CDS. No partido centrista, desempenhou as funções de secretário-geral até ao I Congresso, reunido em janeiro de 1975, mas interrompido por protestos, e somente concluído no mês seguinte, no qual é eleito vice-presidente. No III Congresso do partido, realizado em finais de 1978, partilhou a vice-presidência com Basílio Horta e Francisco Lucas Pires, embora com competências reforçadas, ao ser designado presidente da comissão diretiva. Foi ainda responsável pelo departamento de relações internacionais do CDS e um dos fundadores do Instituto Democracia e Liberdade, entidade destinada à formação de quadros partidários, fundada em 1975, e que seria renomeada Instituto Amaro da Costa, em homenagem póstuma. Em 25 de abril de 1975, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, pelo círculo de Braga. Integrou a 1.<sup>a</sup> Comissão, responsável pela elaboração da proposta de articulado do capítulo respeitante aos Princípios Fundamentais. Parlamentar ativo e eloquente, Amaro da Costa participou frequentemente nos debates no Plenário, concentrando as suas intervenções na denúncia da radicalização progressiva da revolução que, nas suas palavras, perdia assim «a generosidade da sua inspiração democrática». Crítico do crescente papel político que o MFA reclamava, lembrou a natureza limitada e temporária da sua intervenção na vida nacional, plasmada na Plataforma de Acordo Constitucional. Após o 25 de Novembro de 1975, exigiu a saída do governo, «tão cedo quanto possível», dos ministros afetos ao Movimento, em nome da «democracia» e de uma «pedagogia eminentemente democrática», que urgia fazer. Preocupado com a fragmentação da autoridade do Estado, lembrou as palavras do filósofo democrata-cristão Emmanuel Mounier, prevenindo a Câmara que «toda a revolução é uma crise e como tal exige decisão, organização, vigilância e unidade». Atento ao setor da educação e sensível à posição da Igreja Católica neste capítulo, insistiu na inserção no texto constitucional do reconhecimento pelo Estado «do direito ao ensino de iniciativa particular». Foi eleito deputado à Assembleia da República nas I (1976-1980) e II (1980-1983) Legislativas, pelo círculo do Porto, tendo exercido as funções de líder do grupo parlamentar do partido centrista, entre 1976 e 1978.

Em 1979, face ao impasse gerado pelos três governos de iniciativa presidencial, efémeros e não emanados do Parlamento, e da necessidade de formação de uma maioria política que assegurasse um governo estável, o CDS, o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Popular Monárquico (PPM) estabelecem um acordo de coligação, que se apresenta a eleições em dezembro desse ano. Amaro da Costa, em representação dos centristas, elabora, com o representante social-democrata, Vasco Pulido Valente, os textos programáticos da coligação, designada Aliança Democrática. Vencidas as eleições, é convidado a chefiar o Ministério da Educação, encargo que recusa, face à escassa duração da legislatura. Aceita, porém, a pasta da Defesa Nacional, de que será o primeiro-ministro civil desde o 25 de Abril. À frente deste pelouro governamental, elaborou os projetos de Proposta de Lei de Defesa Nacional e do Serviço Militar Obrigatório, bem como projetos de decreto-lei definindo a orgânica do Ministério da Defesa Nacional e de Dinamização das Indústrias de Defesa, bem como os anteprojetos da orgânica do Serviço Nacional da Proteção Civil e a conversão do Serviço Nacional de Ambulâncias, dependente do Ministério da Defesa Nacional em Instituto de Emergência Médica, sob a tutela do Ministério dos Assuntos Sociais. Muito do labor legislativo de Adelino Amaro da Costa não seria, porém, submetido à apreciação da Assembleia da República, em virtude da sua inesperada e prematura morte, em 4 de dezembro de 1980, na sequência do despenhamento da aeronave que o transportava à cidade do Porto, para assistir ao comício da campanha presidencial do general Soares Carneiro, e que vitimou todos os tripulantes, entre os quais se contavam a sua mulher, Manuela Amaro da Costa, o primeiro-ministro, Francisco Sá Carneiro, o seu chefe de gabinete, António Patrício Gouveia e Snu Abecassis. Foi agraciado em 13 de julho de 1981, a título póstumo, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

Edmundo Alves

#### Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte, Democracia e Liberdade*, n.º 18, Instituto Democracia e Liberdade, Lisboa, março 1981; *Idem*, n.º 48, junho 1991; *Democracia 74. Jornal do Partido do Centro Democrático Social; Tempo. Jornal Universitário de Informação; Diário de Lisboa*, 13 de fevereiro de 1974; Diogo Freitas do Amaral, *Do Antigo Regime à Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand/Nomen, 1995; Diogo Freitas do Amaral, *A Transição para a Democracia. Memórias Políticas (1976-1982)*, Lisboa, Bertrand Editora, 2008; Maria do Rosário Carneiro, Célia Pedrosa, *Adelino Amaro da Costa. Histórias de uma vida interrompida*, Alfragide, Casa das Letras, 2010.

Sítios na internet: Cidadãos nacionais agraciados com ordens portuguesas, disponível em: <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=153&dlist=1>, consultado em 12 de dezembro de 2016.